

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO / COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

A receita de taxas de licenciamento totalizou R\$306.965 mil e cresceu 10,1% ante os R\$278.845 mil de 2010. O incremento é justificado pela adição de novos clientes, novas vendas a clientes da base e o aumento do ticket médio nas vendas a clientes da base.

A receita de serviços foi superior em 8,5% à de 2010, alcançando R\$365.320 mil. Esse crescimento deve-se principalmente ao aumento no volume de implementações, em função de novas vendas de plataforma para clientes da base e novos, e a ampliação das operações dos serviços de infraestrutura e de consultoria.

A receita de manutenção encerrou 2011 com R\$606.875 mil, montante 18,1% acima dos R\$513.860 mil de 2010. Essa aceleração do crescimento da receita de manutenção resulta principalmente das vendas de licenças realizadas em trimestres anteriores e pela retenção dos contratos de manutenção, que são sujeitos ao reajuste anual, com base em índices de inflação pré-definidos, que na maioria dos casos é o IGP-M.

O custo das taxas de licenciamento representa o custo com soluções de terceiros, revendidas e/ou utilizadas nas soluções TOTVS. Em 2011, essa rubrica foi de R\$36.546 mil, que representou 11,1% da receita bruta de taxas de licenciamento, ante 7,9% em 2010, principalmente impactada por custos adicionais relativos a royalties de soluções utilizadas na plataforma de TV Digital.

O custo dos serviços e vendas apresentou crescimento de 6,3% em 2011 sobre 2010, percentual inferior ao crescimento de 11,1% da receita bruta de serviços no mesmo período. A melhora da margem bruta é consequência das medidas internas da Companhia para aumentar a eficiência de implementação de software e do aumento da participação dos serviços de infraestrutura e consultoria, que possuem melhor margem bruta.

As despesas com pesquisa e desenvolvimento (P&D) passaram de 13,3% para 13,7% entre 2010 e 2011, como percentual da receita líquida total. Além da integração das FDES, o desenvolvimento da plataforma para interatividade do Sistema Brasileiro de TV Digital (TOTVD), que totalizou R\$9.258 mil em despesas com P&D em 2011, também contribuiu para o aumento dessa linha de despesas. Sem esse projeto, as despesas com P&D representaram 13,1% da receita líquida total.

As despesas com propaganda decresceram 12,5% entre os 2010 e 2011. Em 2011, as despesas com propaganda representaram 2,2% da receita líquida da Companhia, ante 2,9% em 2010. Essa redução se deu em decorrência da revisão do plano de comunicação realizado pela Companhia em 2011, tendo em vista a previsão de lançamentos de novas ofertas de soluções em 2012.

As despesas de vendas cresceram 21,8% em 2011, totalizando R\$86.717 mil. Esse crescimento no ano reflete principalmente a ampliação do time próprio de vendas e os aumentos salariais do período. As despesas com comissões representaram 10,7% da receita líquida de 2011, ante 9,6% de 2010. Essa variação das despesas com comissões como percentual da receita líquida resulta do mix de vendas entre os canais de distribuição (próprios e franquias) em cada período.

As despesas gerais e administrativas (DGA) cresceram 8,9% em 2011 sobre 2010, inferior ao crescimento da receita líquida no período. Tal crescimento de DGA resultou, principalmente, dos reajustes salariais, dos aumentos de quadro de pessoal e dos custos com infraestrutura e comunicação no período.

Os honorários da administração cresceram 22,4% entre 2010 e 2011, principalmente influenciados pelo provisionamento adicional de R\$5.491 mil no período, decorrentes dos dois lotes de opções de compra de ações outorgadas aos executivos em 2010.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa totalizou R\$16.145 mil em 2011, que representaram 1,3% da receita líquida no período, ante 0,9% em 2010. Esse aumento em 2011 se deve principalmente ao montante de R\$4.727 mil relacionado às operações do mercado internacional.

As despesas com depreciação e amortização totalizaram em 2011 R\$82.484 mil, ante R\$77.883 mil em 2010, aumento de 5,9%. Essa elevação do patamar de despesas com depreciação e amortização traduz o crescimento da infraestrutura da Companhia e o aumento do volume de amortização de intangíveis oriundos de aquisições de operações.

As despesas financeiras alcançaram R\$58.274 mil, um decréscimo de 14,5% em comparação às despesas de R\$68.172 mil em 2010. Esse decréscimo decorre, principalmente, da redução do endividamento da empresa, tanto no saldo de empréstimos e financiamentos quanto no saldo de debêntures.

O caixa da TOTVS em 31 de Dezembro de 2011 é de R\$287.079 mil, representando um aumento de 23,5% sobre a posição de R\$ 232.508 mil em 31/12/2010. A empresa reitera que tem política conservadora na gestão de suas atividades financeiras, ativas e passivas, e que não realizou nenhuma operação especulativa no mercado financeiro.

O lucro líquido alcançou o recorde de R\$169.383 mil em 2011, crescimento de 23,2% na comparação com 2010. O crescimento do Lucro Líquido refletiu, principalmente, o aumento do EBITDA e a redução das despesas financeiras no período, como consequência da diminuição da dívida líquida da Companhia.

(*) O EBITDA é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, calculada observando uma das sugestões do Ofício Circular CVM nº 01/2007, consistindo no lucro antes dos impostos e contribuições, despesa/receita financeira líquida (receita e despesas financeiras), depreciação e amortização e resultado não operacional.

O volume financeiro médio no ano de 2010 registrou R\$13,8 milhões/dia, contra R\$15,7 milhões/dia no ano de 2010, um decréscimo de 12,1%.

Juros sobre o capital próprio referente ao exercício 2010: No dia 21 de dezembro de 2010, a Companhia anunciou aos seus acionistas a deliberação de juros sobre o capital próprio no montante total de R\$27.000 mil, relativos ao exercício de 2010, tendo feito jus ao provendo os acionistas detentores de ações de emissão da TOTVS no dia 21/12/2010 pagos no dia 19/01/2011. A distribuição é relativa ao exercício 2010 e o montante foi imputado ao dividendo mínimo obrigatório nos termos do artigo 37 do Estatuto Social da TOTVS.

Dividendos referentes ao exercício 2010: propostos pelo Conselho de Administração em 27 de janeiro de 2011, o montante totalizou R\$83.350 mil, já considerando o valor de Juros sobre Capital Próprio, deliberados em Assembleia Geral Ordinária.

Juros sobre o capital próprio referente ao exercício 2011: Em 20 de dezembro de 2011 foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio, relativos ao exercício de 2011, no montante total de R\$35.000 mil. Tiveram direito aos juros sobre capital próprio todos os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia na data base de 21 de dezembro de 2011.

A distribuição é relativa ao exercício 2011 e o montante será imputado ao dividendo mínimo obrigatório nos termos do artigo 37 do Estatuto Social da TOTVS.

Dividendos referentes ao exercício 2011: propostos pelo Conselho de Administração em 30 de janeiro de 2012, o montante totaliza R\$99.551 mil, já considerando o valor de Juros sobre Capital Próprio, e será submetido à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Novo Mercado: a TOTVS foi a primeira Companhia de software brasileira a aderir a modalidade que atende as melhores práticas de governança corporativa da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA).

Conselho Administrativo: o Conselho de Administração da TOTVS é composto por 6 conselheiros sendo 5 externos e independentes, segundo as definições do Novo Mercado. A diretoria executiva da Companhia é composta por 28 diretores. A lista com o nome, descrição de cargo e breve currículo dos conselheiros e diretores pode ser encontrada no website www.totvs.com.br.

Comitê de Auditoria: criado em 2007, o grupo auxilia o Conselho na tarefa de conduzir da melhor maneira, e seguindo as melhores práticas de mercado, a execução da auditoria interna e externa da Companhia. Os membros são eleitos pelo Conselho de Administração, encontrando-se pelo menos 8 vezes ao ano e, atualmente, o Comitê de Auditoria possui 3 membros.

Comitê de Remuneração: instituído na TOTVS com o objetivo de auxiliar o Conselho de Administração na definição da remuneração e benefícios dos diretores e conselheiros. Importante ressaltar que hoje a empresa conta com 4 membros, sendo 2 externos.

Comitê de Estratégia: criado em 2011 com o objetivo de assessorar o Conselho de Administração na definição das ações de médio e longo prazo da Companhia. Conta atualmente com 3 membros.

Arbitragem: Pelo Regulamento do Novo Mercado, e pelo Estatuto Social da Companhia, o acionista controlador, os administradores, a própria Companhia e os membros do Conselho Fiscal devem comprometer-se a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ou oriunda a estas regras do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado, das Cláusulas Compromissórias, em especial, quanto à sua aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, através da arbitragem. Também serão resolvidas por arbitragem as divergências quanto à alienação de Controle da Companhia.

Declaração da Diretoria: em conformidade com o inciso VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, os diretores da TOTVS declaram que disculparam, reviram e concordaram com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem nos padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve gerar conflitos de interesses de seus clientes.

Procedimentos adotados pela Companhia, conforme inciso III, art. 2º Instrução CVM nº381/03: A Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal, previamente à contratação de outros serviços profissionais que não os relacionados à auditoria contábil externa, consultar os auditores independentes, no sentido de assegurar-se que a realização da prestação destes outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente, bem como obter aprovação de seu Comitê de Auditoria. Adicionalmente são requeridas declarações formais destes mesmos auditores quanto à sua independência na realização dos serviços de não auditoria.

Além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras anuais foram prestados serviços relacionados com auditoria. Os honorários desses serviços totalizaram R\$431 mil, representando 56,2% do total dos honorários relacionados à auditoria externa.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos aqueles que contribuíram para o sucesso da TOTVS em 2011, em especial nossos participantes, clientes, parceiros e acionistas.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2011 e 2010 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010			2011	2010		
Ativo											
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	221.898	177.275	287.079	232.508	Obrigações Sociais e Trabalhistas	13	60.792	52.141	72.985	69.072
Títulos e valores mobiliários	5	28.354	6.118	28.502	6.317	Fornecedores		13.051	9.205	19.535	17.363
Contas a receber de clientes	6	234.837	195.195	295.094	264.029	Obrigações fiscais		2.712	1.805	6.544	5.903
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6	(21.306)	(16.221)	(31.812)	(20.900)	Empréstimos e financiamentos	14	58.043	59.289	58.999	62.029
Dividendos a receber	9	-	4.097	-	800	Financiamento por Arrendamento	15	169	1.839	181	1.923
Tributos a recuperar	8	23.344	24.657	30.267	29.894	Debêntures	16	39.385	12.155	39.385	12.155
Outros ativos		7.721	10.376	12.210	16.030	Comissões a pagar	40	41.117	36.596	43.197	38.581
		494.938	401.497	621.340	528.678	Dividendos e JCP a pagar	20	40.470	33.139	40.470	34.302
						Obrigações por aquisição de investimentos	17	31.477	10.382	31.625	10.581
						Outros passivos		1.841	2.532	2.610	3.306
								289.057	219.083	315.531	255.215
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	14	102.799	156.230	103.969	156.230
Títulos e valores mobiliários	5	28.853	49.731	29.148	50.129	Financiamento por Arrendamento	15	-	105	-	114
Contas a receber de clientes	6	28.354	14.807	23.361	14.807	Debêntures	16	131.203	185.795	131.203	185.795
Créditos com empresas ligadas	9	18.122	21.900	-	-	Provisão para perdas com investimentos	10	1.948	1.485	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	25.786	35.407	49.368	46.537	Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais	18	2.588	5.876	2.588	5.876
Depósito judicial	18	4.459	5.916	4.459	5.916	Obrigações por aquisição de investimentos	17	32.014	54.074	32.309	54.472
Outros ativos		9.475	14.570	10.620	15.363	Outros passivos		(1)	1	2.381	2.568
Investimentos	10	137.599	114.068	-	8			270.551	403.566	272.450	405.055
Imobilizado	11	52.194	29.792	58.862	36.535	Patrimônio líquido					
Intangível	12	517.598	554.823	540.690	593.873	Capital social	19	443.702	406.489	443.702	406.489
		814.537	841.014	716.508	763.168	Reserva de capital	19	76.275	60.406	76.275	60.406
						Ajuste de avaliação patrimonial		(2.558)	(2.186)	(2.558)	(2.186)
						Reserva de lucros		232.448	155.153	232.448	155.153
						Participação de acionistas não controladores		-	-	-	11.714
								749.867	619.862	749.867	631.576
Total Ativo		1.309.475	1.242.511	1.337.848	1.291.846	Total Passivo e Patrimônio Líquido		1.309.475	1.242.511	1.337.848	1.291.846

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Dos Exercícios Fintos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010			2011	2010		
Fluxo de caixa das atividades operacionais						Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		168.903	138.196	169.383	137.863	Lucro líquido do exercício		168.903	138.196	169.383	137.863
Ajustes por:						Ajustes por:					
Depreciação e amortização		75.649	69.491	82.484	77.883	Depreciação e amortização		75.649	69.491	82.484	77.883
Pagamento baseado em ações		18.661	11.555	15.869	11.555	Pagamento baseado em ações		18.661	11.555	15.869	11.555
Ganho na venda de ativo permanente		2.388	1.391	2.680	4.546	Ganho na venda de ativo permanente		2.388	1.391	2.680	4.546
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		8.727	7.421	16.145	10.595	Provisão para crédito de liquidação duvidosa		8.727	7.421	16.145	10.595
Imposto de renda e contribuição social diferido		9.817	324	(2.110)	(6.673)	Imposto de renda e contribuição social diferido		9.817	324	(2.110)	(6.673)
Equivalência patrimonial		7.025	(180)	-	-	Equivalência patrimonial		7.025	(180)	-	-
Juros e variações cambiais e monetárias, líquidos		29.192	40.678	28.578	41.623	Juros e variações cambiais e monetárias, líquidos		29.192	40.678	28.578	41.623
Perda em investimentos		282	1.354	-	-	Perda em investimentos		282	1.354	-	-
Provisão (Reversão) para contingências		(3.288)	(4.777)	(3.288)	(4.777)	Provisão (Reversão) para contingências		(3.288)	(4.777)	(3.288)	(4.777)
Participação de acionistas não controladores		-	-	(480)	(4.150)	Participação de acionistas não controladores		-	-	(480)	(4.150)
Variação em ativos e passivos operacionais:						Variação em ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(48.928)	(38.093)	(44.852)	(51.850)	Contas a receber de clientes		(48.928)	(38.093)	(44.852)	(51.850)
Outros ativos		4.097	3.738	800	(800)	Outros ativos		4.097	3.738	800	(800)
Outros passivos		8.973	(10.878)	8.190	(12.778)	Outros passivos		8.973	(10.878)	8.190	(12.778)
Depósitos judiciais		1.457	8.297	1.457	8.297	Depósitos judiciais		1.457	8.297	1.457	8.297
Obrigações Sociais e Trabalhistas		8.651	3.963	3.913	9.873	Obrigações Sociais e Trabalhistas		8.651	3.963	3.913	9.873
Fornecedores		3.846	(5.518)	2.172	(6.621)	Fornecedores		3.846	(5.518)	2.172	(6.621)
Comissões a pagar		4.521	5.250	4.616	5.816	Comissões a pagar		4.521	5.250	4.616	5.816
Impostos a pagar		907	(1.913)	641	(1.295)	Impostos a pagar		907	(1.913)	641	(1.295)
Outras contas a pagar		(691)	(1.383)	(1.980)	(1.962)	Outras contas a pagar		(691)	(1.383)	(1.980)	(1.962)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		300.189	228.916	284.218	217.145	Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		300.189	228.916	284.218	217.145
Fluxos de caixa proveniente das atividades de investimentos						Fluxos de caixa proveniente das atividades de investimentos					
Aumento de capital em subsidiárias		(42.416)	(34.121)	-	-	Aumento de capital em subsidiárias		(42.416)	(34.121)	-	-
Intangível e/ou operações vinculadas:						Intangível e/ou operações vinculadas:					
Adição de intangíveis		(4.030)	(17.721)	(1.300)	(23.126)	Adição de intangíveis		(4.030)	(17.721)	(1.300)	(23.126)
Pagamento por Aquisição parcelada de investimentos e intangível		(29.314)	(32.100)	(29.468)	(34.626)	Pagamento por Aquisição parcelada de investimentos e intangível		(29.314)	(32.100)	(29.468)	(34.626)
Títulos e valores mobiliários		(1.358)	(17.193)	(1.204)	(14.663)	Títulos e valores mobiliários		(1.358)	(17.193)	(1.204)	(14.663)
Total intangível e/ou operações vinculadas:		(34.702)	(67.014)	(31.972)	(72.415)	Total intangível e/ou operações vinculadas:		(34.702)	(67.014)	(31.972)	(72.415)
Valor da Venda de ativos imobilizados		-	43	-	43	Valor da Venda de ativos imobilizados		-	43	-	43
Venda de controlada		12.947	-	-	-	Venda de controlada		12.947	-	-	-
Aquisição de Ativo Imobilizado		(32.311)	(13.978)	(33.569)	(16.333)	Aquisição de Ativo Imobilizado		(32.311)	(13.978)	(33.569)	(16.333)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(96.482)	(

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva					Outros Resultados	Lucros Acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Patrimônio Líquido	Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
	Capital	Premio na compra de acionistas controladores	de capital	Legal	Retenção de Lucros						
Saldos em 01 de janeiro de 2009	376.493	(19.916)	48.851	11.975	66.114	(1.977)	-	43.526	525.066	16.959	542.025
Transações de Capital com sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano de outorga de ações	-	-	4.106	-	-	-	-	-	4.106	-	4.106
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo adicional proposto - excedente ao mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(5.822)	(43.526)	(49.348)	-	(49.348)
Juros sobre capital próprio - distribuído	-	-	-	-	-	-	(54.285)	54.285	-	-	-
Debêntures convertidas em ações	-	-	-	-	-	-	(27.000)	-	(27.000)	-	(27.000)
Premio na compra de acionistas não controladores	29.996	(8.394)	7.449	-	-	-	-	-	37.445	-	37.445
Redução por aquisição de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.394)	-	(8.394)
Aumento de capital por aquisição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.266)	(6.266)
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.354	1.354
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	138.196	(668)	137.528
Ajuste de conversão de moeda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização de ágio alocado no consolidado	-	-	-	-	-	(209)	-	-	(209)	-	(209)
Constituição de reservas:	-	-	-	6.910	44.179	-	-	-	-	335	335
Saldos em 31 de dezembro de 2010	406.489	(28.310)	60.406	18.885	110.293	(2.186)	-	54.285	619.862	11.714	631.576
Transações de Capital com sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano de outorga de ações	7.211	-	9.599	-	-	-	-	-	16.810	-	16.810
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.115)	-	(5.115)
Dividendo adicional proposto - excedente ao mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(59.396)	(59.396)	-	(59.400)
Juros sobre capital próprio - distribuído	-	-	-	-	-	-	-	(35.000)	(35.000)	-	(35.000)
Debêntures convertidas em ações	30.002	-	6.270	-	-	-	-	-	36.272	-	36.272
Premio na compra de acionistas não controladores	-	2.792	-	-	-	-	-	-	2.792	-	2.792
Redução por aquisição de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.194)	(12.194)
Aumento de capital por aquisição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	168.903	480	169.383
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de conversão de moeda	-	-	-	-	-	(372)	-	-	(372)	-	(372)
Constituição de reservas:	-	-	-	8.445	60.947	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	443.702	(25.518)	76.275	27.330	171.240	(2.558)	-	59.396	749.867	-	749.867

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

1. Contexto Operacional:
A Totvs S.A., (a seguir designada como "Controladora", "Totvs", ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Av. Braz Leme, 1639 2º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tendo suas ações negociadas no novo mercado da BM&F BOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. A Companhia tem por objeto o desenvolvimento e a comercialização de direitos de uso de sistemas informatizados, a prestação de serviços de implantação, consultoria, assessoria e manutenção, a eles relacionados. Os principais softwares desenvolvidos pela Companhia são aplicativos do tipo *Enterprise Resource Planning (ERP)* com por objetivo integrar eletronicamente os níveis estratégico e operacional de uma empresa usuária, permitindo a criação de fluxos de informações que contemplem as necessidades operacionais e de informações gerenciais das diferentes áreas da empresa usuária de software. As principais áreas contempladas pelo ERP da Companhia são: administração, finanças, operações, industrial, recursos humanos e atendimento a clientes. As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Totvs foram aprovadas na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de janeiro de 2012. Todos os valores apresentados nestas Demonstrações Financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números apresentados ao longo deste documento podem não fazerem precisamente aos totais apresentados. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia efetuou importantes transações envolvendo combinações de negócios e incorporação de subsidiárias conforme divulgado na Nota 3. Os dados não financeiros incluídos neste relatório, tais como número de clientes, *ticket médio*, *market share*, entre outros, não foram objeto de exame por parte de nossos auditores independentes.

2. Políticas Contábeis:
As Demonstrações Financeiras da Controladora e as Demonstrações Financeiras Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, interpretações e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e as Demonstrações Financeiras Consolidadas estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. As Demonstrações Financeiras da controladora e consolidadas foram elaboradas de acordo com diversas normas de avaliação e realizadas nas seguintes contas: As demonstrações contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação da recuperabilidade dos ativos intangíveis, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em período não superior a um ano. Vide nota 2.17, com os detalhes das estimativas. A Companhia adotou todas as normas, revisões e atualizações de procedimentos contábeis aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 31 de dezembro de 2011. As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.1. Bases de Consolidação:** As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Razão Social	% de Participação	
	31/12/2011	31/12/2010
Totvs Rio Software Ltda. ("Totvs Rio")	100,00	100,00
Microsig Argentina S.A. ("Microsig Argentina") (b)	100,00	89,80
Microsig México S.A. ("Microsig México")	99,99	99,99
Microsig Corporation ("Microsig Corporation")	100,00	100,00
Totvs Nordeste Software Ltda. ("Totvs Nordeste")	100,00	100,00
Setware Informática Ltda ("Setware") (c)	100,00	100,00
Totvs Brasília Software Ltda. ("Totvs Brasília")	100,00	100,00
RO Resultados em Outsourcing Ltda. ("RO") (e)	100,00	100,00
Inteligência Organizacional Serviços, Sistemas e Tecnologia em Software Ltda. ("IOSSTS")	100,00	100,00
Eurotrotvs Ltda. ("Eurotrotvs")	100,00	100,00
TOTVD Software Ltda. ("TOTVD")	100,00	100,00
Look Informática S.A. ("Look") (e)	100,00	100,00
BCS Comércio e Serviços de Informática Ltda ("BCS Comércio")	100,00	100,00
BCS Sistemas Computacionais Ltda ("BCS Sistemas") (e)	-	100,00
BCSFLEX Comércio e Serviços de Informática Ltda ("BCSFLEX") (e)	-	100,00
HBA Informática Ltda ("HBA") (e)	-	100,00
Midbyte Informática S.A. ("Midbyte")	100,00	100,00
Datasil S.A. de CV ("Datasil México")	100,00	100,00
Datascorp Corporation ("Datascorp USA")	100,00	100,00
Datasil Argentina S.A. ("Datasil Argentina")	100,00	100,00
Totvs Serviços em Informática e Consultoria S.A. ("Totvs Serviços")	100,00	100,00
Genis Tecnologia da Informação Ltda ("Genis")	100,00	100,00
Genis Tecnologia e Informática Ltda (d)	100,00	-
YMF Arquitetura Financeira de Negócios S.A. ("YMF")	100,00	100,00
Tools Arquitetura Financeira de Negócios S.A. ("Tools")	100,00	100,00
Tools Serviços de Serviços de Informática S.A. ("Datasil Paranaense") (e)	100,00	100,00
DTSC Consulting Partner AS de CV ("Partner") (c)	100,00	100,00
Hery Participações Ltda	100,00	100,00
TotalBanco Consultoria e Sistemas Ltda (c) (d)	100,00	70,00
TotalBanco Participações S.A. (d)	100,00	70,00
M2S Serviços de Suporte Ltda (a)	100,00	100,00
SRC Serviços em Informática Ltda (a) (e)	100,00	100,00

(a) Combinação de negócios em 2010, vide nota 3. (b) Aquisição de participação de não controladores em 2011. (c) Participação indireta (d) Combinação de negócios em 2011, vide nota 3. (e) Incorporado em 2011. Os resultados das subsidiárias adquiridas/incorporadas durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição/cominação. Dessa forma, para fins de comparação dos resultados da controladora e consolidado entre 2011 e 2010, devem ser consideradas as datas de aquisição e incorporação dos resultados de cada subsidiária. Os exercícios sociais e períodos de encerramento das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a Controladora e as empresas controladas e entre as empresas controladas e as empresas consolidadas são tratadas de acordo com o método de custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada de licenciamento de software, compreendendo taxas de licenciamento, receita de serviços incluindo honorários de consultoria, receita de serviços de suporte, de manutenção para evolução tecnológica do produto e receita de atendimento e relacionamento (*help desk*). As receitas relativas a licenças de uso são reconhecidas quando: i) da assinatura do contrato e disponibilização do software ao cliente; ii) seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato); iii) todos os riscos e benefícios inerentes da licença são transferidos para o comprador; iv) a Companhia não detém mais o efetivo controle sobre a licença; e v) é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia. Receitas de licença de uso provenientes de subscrição são reconhecidas mensalmente, por um período de tempo estabelecido em contrato. As receitas de serviços são faturadas separadamente e reconhecidas quando o suporte e demais custos relacionados a essas áreas. As despesas com pesquisa e desenvolvimento incorridas pela área de desenvolvimento (programação e fabricação de software) vinculadas a inovações tecnológicas dos softwares existentes, são registradas como despesas do exercício em que incorrem e são demonstradas separadamente dos custos de vendas, em despesas operacionais. **2.3. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia e de suas controladas domiciliadas no Brasil é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras da controladora e consolidadas. As Demonstrações Financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras individuais da controladora são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. Para as controladas localizadas no exterior a Administração concluiu que por possuírem independência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados convertidos para os créditos de licenciamento de software, compreendendo taxas de licenciamento, receita de serviços incluindo honorários de consultoria, receita de serviços de suporte, de manutenção para evolução tecnológica do produto e receita de atendimento e relacionamento (*help desk*). As receitas relativas a licenças de uso são reconhecidas quando: i) da assinatura do contrato e disponibilização do software ao cliente; ii) seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato); iii) todos os riscos e benefícios inerentes da licença são transferidos para o comprador; iv) a Companhia não detém mais o efetivo controle sobre a licença; e v) é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia. Receitas de licença de uso provenientes de subscrição são reconhecidas mensalmente, por um período de tempo estabelecido em contrato. As receitas de serviços são faturadas separadamente e reconhecidas quando o suporte e demais custos relacionados a essas áreas. As despesas com pesquisa e desenvolvimento incorridas pela área de desenvolvimento (programação e fabricação de software) vinculadas a inovações tecnológicas dos softwares existentes, são registradas como despesas do exercício em que incorrem e são demonstradas separadamente dos custos de vendas, em despesas operacionais. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e com garantia de compra por parte do emissor do título. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 4. **2.5. Contas a receber de clientes:** Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. Foi constituída provisão em montante considerável inerente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso (vide nota 6). **2.6. Investimentos em controladas:** Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de Demonstrações Financeiras da controladora. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integrar o valor contábil do investimento na coligada (não é reconhecido separadamente), ele é lançado na unidade geradora de caixa e que pertence, em relação ao seu valor contábil, aos acionistas da controlada e é apresentado no resultado da controladora como o equivalente patrimonial. O ágio é calculado descontando o lucro líquido atribuído aos acionistas da coligada. As Demonstrações Financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de Demonstrações Financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece a perda em unidades geradoras de caixa. **2.7. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 11 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, o exercício em que o ativo for baixado. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada resultado e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Após a apuração do valor residual do ativo imobilizado, para fins de Demonstrações Financeiras da controladora e de suas controladas, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor do imobilizado de forma agregada com outros ativos tais como investimentos em unidades geradoras de caixa. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são reconhecidas em ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido da controladora. **2.8. Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e com garantia de compra por parte do emissor do título. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 4. **2.9. Contas a receber de clientes:** Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. Foi constituída provisão em montante considerável inerente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso (vide nota 6). **2.6. Investimentos em controladas:** Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de Demonstrações Financeiras da controladora. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integrar o valor contábil do investimento na coligada (não é reconhecido separadamente), ele é lançado na unidade geradora de caixa e que pertence, em relação ao seu valor contábil, aos acionistas da controlada e é apresentado no resultado da controladora como o equivalente patrimonial. O ágio é calculado descontando o lucro líquido atribuído aos acionistas da coligada. As Demonstrações Financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de Demonstrações Financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece a perda em unidades geradoras de caixa. **2.7. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 11 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, o exercício em que o ativo for baixado. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada resultado e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Após a apuração do valor residual do ativo imobilizado, para fins de Demonstrações Financeiras da controladora e de suas controladas, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor do imobilizado de forma agregada com outros ativos tais como investimentos em unidades geradoras de caixa. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são reconhecidas em ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido da controladora. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e com garantia de compra por parte do emissor do título. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 4. **2.5. Contas a receber de clientes:** Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. Foi constituída provisão em montante considerável inerente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso (vide nota 6). **2.6. Investimentos em controladas:** Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de Demonstrações Financeiras da controladora. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integrar o valor contábil do investimento na coligada (não é reconhecido separadamente), ele é lançado na unidade geradora de caixa e que pertence, em relação ao seu valor contábil, aos acionistas da controlada e é apresentado no resultado da controladora como o equivalente patrimonial. O ágio é calculado descontando o lucro líquido atribuído aos acionistas da coligada. As Demonstrações Financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de Demonstrações Financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece a perda em unidades geradoras de caixa. **2.7. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 11 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, o exercício em que o ativo for baixado. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada resultado e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Após a apuração do valor residual do ativo imobilizado, para fins de Demonstrações Financeiras da controladora e de suas controladas, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor do imobilizado de forma agregada com outros ativos tais como investimentos em unidades geradoras de caixa. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são reconhecidas em ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido da controladora. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e com garantia de compra por parte do emissor do título. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 4. **2.5. Contas a receber de clientes:** Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. Foi constituída provisão em montante considerável inerente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso (vide nota 6). **2.6. Investimentos em controladas:** Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de Demonstrações Financeiras da controladora. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integrar o valor contábil do investimento na coligada (não é reconhecido separadamente), ele é lançado na unidade geradora de caixa e que pertence, em relação ao seu valor contábil, aos acionistas da controlada e é apresentado no resultado da controladora como o equivalente patrimonial. O ágio é calculado descontando o lucro líquido atribuído aos acionistas da coligada. As Demonstrações Financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de Demonstrações Financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece a perda em unidades geradoras de caixa. **2.7. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 11 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, o exercício em que o ativo for baixado. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada resultado e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Após a apuração do valor residual do ativo imobilizado, para fins de Demonstrações Financeiras da controladora e de suas controladas, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor do imobilizado de forma agregada com outros ativos tais como investimentos em unidades geradoras de caixa. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são reconhecidas em ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido da controladora. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e com garantia de compra por parte do emissor do título. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 4. **2.5. Contas a receber de clientes:** Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. Foi constituída provisão em montante considerável inerente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso (vide nota 6). **2.6. Investimentos em controladas:** Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de Demonstrações Financeiras da controladora. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integrar o valor contábil do investimento na coligada (não é reconhecido separadamente), ele é lançado na unidade geradora de caixa e que pertence, em relação ao seu valor contábil, aos acionistas da controlada e é apresentado no resultado da controladora como o equivalente patrimonial. O ágio é calculado descontando o lucro líquido atribuído aos acionistas da coligada. As Demonstrações Financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de Demonstrações Financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece a perda em unidades geradoras de caixa. **2.7. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 11 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, o exercício em que o ativo for baixado. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada resultado e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Após a apuração do valor residual do ativo imobilizado, para fins de Demonstrações Financeiras da controladora e de suas controladas, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor do imobilizado de forma agregada com outros ativos tais como investimentos em unidades geradoras de caixa. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são reconhecidas em ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido da controladora. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações

Demonstrações Financeiras 2011

M2I e M2S - Em 05 de Janeiro de 2010 a Companhia celebrou contrato de aquisição da M2I Serviços de Implantação de Software Ltda. ("M2I") e a M2S Serviços de Suporte Ltda. ("M2S") por meio de sua controlada TOTVS Nordeste Software Ltda. ("TOTVS NE"). A M2I e a M2S são canais de distribuição da marca RM, baseados em Salvador/BA, dedicados à comercialização, a implementação e ao suporte do produto RM no Estado da Bahia, contam com 33 empregados. A aquisição de ambas as empresas totalizou R\$5.300, sendo R\$4.770 relativos às quotas da M2S e R\$550 relativos às quotas da M2I. Em 26 de Janeiro de 2010 foi celebrado o Instrumento Particular de Compra e Venda de Quotas pelo qual a Companhia vendeu 99,98% do capital total da M2I Serviços de Implantação de Software para a compradora JRP Assessoria de Informática Ltda., pelo valor total de R\$ 840. O pagamento será efetuado em 42 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 20 cada, corrigidas monetariamente de acordo com a variação do IGP-M, entre a data da assinatura do instrumento e a data do efetivo pagamento de cada uma das parcelas, a primeira com vencimento em 01.07.2010 e as demais no dia 01 dos meses subsequentes. SRC Serviços - Em 28 de julho de 2010 a Companhia adquiriu 100% das quotas do capital da SRC Serviços de Informática Ltda. A SRC detém os ativos relacionados com a operação das empresas Logísticos Solutions Ltda., Futura Soluções em Finanças Ltda., Action Desenvolvimento e Consultoria de Negócios Ltda., SGP - Solução de Gestão de Pessoas Ltda. e Autus Desenvolvimento de Sistemas Ltda. Franquias de Desenvolvimento de softwares aplicativos ligados à marca "Datsul" ("Franquias de Desenvolvimento"), incluindo a totalidade da carteira de clientes. MAFIPA Serviços de Informática - Em 24 de novembro de 2010 a Companhia adquiriu 100% das quotas do capital da MAFIPA Serviços de Informática Ltda. A MAFIPA detém os ativos relacionados com a operação das empresas Cymn Tecnologia em Informática Ltda. e L2M Serviços de Informática Ltda., canais dedicadas à comercialização, implementação e suporte da antiga marca RM no Distrito Federal. **3.2. Aquisição de participação de acionistas minoritários em controladas:** 2011: Em 31 de março de 2011 a Companhia adquiriu, mediante o exercício de opção de compra de ações previsto no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado em 13 de outubro de 2009, pelo valor de R\$ 10.539, ações representativas de 30% (trinta por cento) do capital social da TOTALBANCO CONSULTORIA E SISTEMAS S.A. ("TOTALBANCO"), sociedade por ações de capital fechado que atua na área de desenvolvimento de softwares para o segmento financeiro e da qual a TOTVS já detinha indiretamente 70% do Capital Social. Com a referida aquisição a TOTVS passa a deter a totalidade das ações da TOTALBANCO. Em 31 de dezembro de 2010 o montante do ágio da TOTALBANCO estava registrado no consolidado no montante de R\$ 5.060, com o total da transação no montante de R\$ 10.539, uma vez que existia uma provável exercício da opção de compra, sendo que em 2011 com a efetiva compra ocorreu o registro do ágio na controladora. Em 30 de agosto de 2011 a Companhia celebrou contrato de transferência de Ações pelo qual adquiriu 10% do capital Social da Totvs Argentina S.A e 10% do Capital social da Datsul Argentina S.A. pelo valor total de R\$ 521, passando a deter a totalidade das ações de ambas as Companhias. **2010:** Durante o exercício de 2010 a Companhia efetuou as aquisições de minoritários das seguintes subsidiárias:

Empresa	Midbyte	TQTVD
Sector de Atuação	Desenvolvimento de Softwares de varejo	Desenvolvimento Softwares para TV Digital
Data da Aquisição	05/01/10	01/06/10
Participação Societária Adquirida	30%	45%
Participação da Cia. após a Operação	100%	100%
Valor da Operação	R\$ 12	R\$ 14.266
Valor pago	R\$ 12	R\$ 5.999
Valor a pagar (ajustado a valor presente)	-	R\$ 7.107
Retenção de Lucros e Patrimônio Líquido	(R\$ 591)	R\$ 8.985

MidByte - Em 05 de janeiro de 2010 a Companhia adquiriu, mediante o exercício de opção de compra de ações previsto no Acordo de Acionistas celebrado em 26 de novembro de 2007, pelo valor de R\$ 12, ações representativas de 30% (trinta por cento) do capital social da MIDBYTE INFORMATICA S.A. ("MIDBYTE"), sociedade por ações de capital fechado que atua na área de desenvolvimento de softwares de varejo e da qual a TOTVS já detinha 70% do Capital Social. TQTVD - Em 01 de junho de 2010 a Companhia adquiriu, pelo valor de R\$ 14.266, 45% do capital social da controlada TQTVD Software Ltda., que atua na área de desenvolvimento e comercialização de produtos e soluções de software para televisão digital, sendo R\$ 5.999 pagos à vista e adicionalmente está previsto o pagamento de um valor variável de até R\$8.267 em função do cumprimento de determinadas metas estabelecidas para os exercícios de 2011 a 2014, que trazidos a valor presente em 31 de dezembro de 2010 totalizam R\$ 7.107. A Companhia já detinha 55% do capital social da TQTVD e, por essa aquisição passa a deter a totalidade das quotas. Para as aquisições de minoritários os ágios gerados nas aquisições foram registrados no patrimônio líquido no grupo "reserva de capital", conforme determinado pela ICP nº 9 (IFRS 3R). **3.3. Incorporações de empresas:** Em 02 de setembro de 2011, a Companhia incorporou os acervos líquidos, a valor contábil, das controladas demonstradas no quadro abaixo:

	Ativo Circulante	Ativo Total	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Acervo líquido incorporado pela Companhia
RO Resultados em Outsourcing Ltda.	6.274	6.593	383	166	6.044
Look Informática S.A.	-	-	-	-	-
BCS Sistemas Computacionais Ltda	-	32	-	-	32
BCSFLEX Com. e Serv. de Informática Ltda	-	100	-	-	100
HBA Informática Ltda	4	4	-	-	4
BCS Sistemas e Serviços de Informática S.A.	6.623	6.770	3	-	6.767
SRC Serviços em Informática Ltda.	-	-	-	-	-

Conforme protocolo de incorporação aprovado em AGE de 31 de dezembro de 2011, os acervos líquidos das controladas foram avaliados por empresa especializada que emitiu os respectivos laudos de avaliação do patrimônio líquido ao valor contábil das sociedades com data base de 31 de agosto de 2011. As variações patrimoniais ocorridas entre 31 de agosto de 2011 e a data da efetiva incorporação foram absorvidas pela TOTVS.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Disponibilidades	15.802	10.281	33.169	37.074
Equivalentes de caixa	-	-	-	-
Operações comprorressadas	132.125	75.935	166.429	95.338
CDB	73.971	91.059	87.034	100.096
Fundos DI	-	-	447	-
	206.096	166.994	253.910	195.434
	221.898	177.275	287.079	232.508

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundos DI, Certificados de Depósito Bancário, e operações compromissadas (operações com compromisso de recompra pela instituição financeira), e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Títulos e Valores Mobiliários:
Os saldos de títulos e valores mobiliários referem-se a contas garantidas para pagamento de aquisições de intangíveis e combinação de negócios (Nota 17), compostas de operações de CDB com compromisso de recompra pelo banco, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
YMF Participações	2.383	4.374	2.383	4.374
Gens	578	1.227	578	1.227
Tech Prod	889	1.265	1.332	1.863
Tools	1.548	1.469	1.548	1.469
Datsul MG	1.802	2.429	1.802	2.429
Datsul Saude MG	641	946	641	946
TotalBanco	1.900	2.338	1.900	2.338
Hery	3.505	4.294	3.505	4.294
ERP Cedente	476	663	476	663
SRC	32.390	34.092	32.390	34.092
Malipa	2.614	3.031	2.614	3.031
Gens FDES	7.677	-	7.677	-
Outras	804	420	804	420
	57.207	55.849	57.560	56.446
Ativo circulante	28.354	6.118	28.502	6.317
Ativo não circulante	28.853	49.731	29.148	50.129

6. Contas a receber de clientes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Mercado interno	255.288	210.002	305.004	263.184
Mercado externo	-	-	13.451	15.652
	255.288	210.002	318.455	278.836

Ativo circulante 234.837 195.195 295.094 264.229
Ativo não circulante 20.451 14.807 23.361 14.807

A seguir apresentamos os montantes a receber líquidos da provisão para devedores duvidosos, por idade de vencimento (*aging list*), em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
A vencer	206.382	170.714	243.826	217.473
Títulos Vencidos				
de 1 a 30 dias	11.104	4.031	13.545	6.703
de 31 a 60 dias	3.610	4.427	5.330	6.954
de 61 a 90 dias	2.623	2.676	2.109	4.064
de 91 a 180 dias	7.140	5.180	9.921	6.840
de 181 a 360 dias	2.607	4.547	9.350	8.863
mais de 360 dias	516	1.606	2.562	4.856
	233.982	193.781	286.643	257.936

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Saldo no início do ano	16.221	14.677	20.900	20.314
Complemento de provisão no exercício	8.727	7.424	18.146	10.586
Valores baixados da provisão:	(3.642)	(5.877)	(5.233)	(10.009)
Saldo em 31 de dezembro	21.306	16.221	33.813	20.900

A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber de clientes é minimizado pelo fato de a composição de clientes da Companhia ser altamente diluída. A Companhia possui mais de 26.000 clientes ativos na carteira e nenhum cliente representa 5% ou mais da receita ou das contas a receber em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010. A Companhia não requer garantias sobre as vendas a prazo.

7. Imposto de renda e contribuição social:
O imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos, foram computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias e prejuízo fiscal acumulado/base negativa da contribuição social. **7.1. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Lucro antes da tributação	205.465	159.312	208.452	161.939
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal combinada de 34%	(69.858)	(54.166)	(70.874)	(55.059)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva	(2.389)	61	-	-
Equivalência patrimonial Lei 11.196/05 (Incentivo à Pesquisa e Desenvolvimento) (a)	28.633	22.500	29.801	23.588
Efeito da apuração pelo lucro presumido em controlada	-	-	(5.169)	(3.044)
Juros sobre o capital próprio	11.900	9.180	11.900	9.180
Participação de administradores	(41)	201	(82)	201
Contas a receber consideradas incobráveis	(205)	(56)	(205)	(147)
Outros	(4.602)	1.164	(4.440)	870
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(36.562)	(21.116)	(39.069)	(24.411)
Taxa efetiva	17,8%	13,3%	18,7%	15,1%

(a) A atual legislação tributária brasileira prevê um mecanismo de fomento ao desenvolvimento tecnológico do país, regulado pela Lei no. 11.196 de 21 de novembro de 2005, que concede incentivos fiscais às empresas que desenvolvem atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de inovação tecnológica. O tratamento adotado pela sociedade no reconhecimento deste benefício fiscal leva em consideração a regulamentação desta lei ocorrida em agosto de 2011. Determinadas despesas utilizadas no cálculo do imposto de renda e da contribuição social prevista na regulamentação podem ensejar interpretações por parte do contribuinte que podem ser diferentes da entidade arrecadadora. A administração entende que não existem riscos mais do que possíveis de questionamentos do tratamento fiscal adotado na dedutibilidade das despesas seguindo o benefício fiscal acima mencionado. A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações do resultado consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Imposto de renda e contribuição social correntes	(26.496)	(20.792)	(41.179)	(31.084)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.065)	(324)	2.110	6.673
	(36.562)	(21.116)	(39.069)	(24.411)

7.2. Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Decorrentes de diferenças temporárias:	88.823	116.221	91.287	120.033
Provisão para comissões	14.584	12.933	15.379	13.634
Receitas antecipadas ou faturamento antecipado	2.045	4.247	4.777	3.163
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.244	5.515	8.435	6.274
Provisão para contingências e outras obrigações	880	1.998	880	1.998
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	-	-	18.030	9.175
Provisão para prêmio por não conversão de debêntures	9.658	8.167	9.658	8.167
Ajustes a valor presente	1.865	1.065	1.865	1.065
Outras	3.599	4.939	3.843	6.549
Total dos impostos e contribuições sociais diferidos ativos	128.698	155.115	154.514	170.088

b) No passivo não circulante:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
2012	19.683	21.082	20.036	27.387
2013	16.056	8.319	16.297	7.882
2014	14.061	9.860	14.302	9.333
2015	13.466	63.161	13.707	59.847
2016 e em diante	39.646	17.286	40.444	19.102
	102.912	119.708	104.786	123.551

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, nenhum fato relevante ocorreu que indicasse limitação para a plena recuperação dos valores de tributos diferidos reconhecidos. Movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido:

Movimentação Controladora:

	31 de dezembro de 2010		Movimentação		31 de dezembro de 2011	
IR/CS Ativo	35.407	(9.621)	-	25.786	-	-
IR/CS s/ CTA	(1.126)	(193)	-	(1.319)	-	-
Outros	289	(252)	-	37	-	-
Total	34.570	(10.066)	-	24.504	-	-

Movimentação Consolidado:

	31 de dezembro de 2010		Movimentação		31 de dezembro de 2011	
IR/CS Ativo	46.537	2.831	-	49.368	-	-
IR s/ CTA	(1.126)	(193)	-	(1.319)	-	-
Outros	590	(528)	-	62	-	-
Total	46.001	2.110	-	48.111	-	-

8. Tributos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Tributos a recuperar	-	-	-	-
Imposto de renda retido na fonte	20.538	16.137	24.578	18.882
Contribuição social retida na fonte	3.039	8.589	4.749	9.956
PIS e COFINS retidos na fonte	48	89	335	342
Outros	(191)	(158)	605	714
	23.434	24.657	30.267	29.894

9. Saldos e transações com partes relacionadas:
As transações entre a Controladora e as empresas controladas são realizadas em condições e preços de mercado estabelecidos entre as partes, os quais todas são eliminadas para fins de consolidação. **9.1. Saldos e transações com controladas e coligadas:** Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os saldos das transações com partes relacionadas classificadas como créditos com empresas ligadas no ativo não circulante podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Totvs Serviços	-	-	-	4.655
Totvs Brasília Software	-	-	3.741	1.232
Totvs Nordeste Software	-	-	3.935	1.238
RO Resultados em Outsourcing	-	-	-	1.376
BCS Comércio	36	-	36	-
Datsul Argentina	-	-	-	718
Hery Software	8	-	8	1.701
4 Gens	3.660	-	3.660	4.333
Tools	-	-	-	9
YMF	-	-	-	20
Inteligência Organizacional	-	-	-	2
Totvs Rio Software	6.766	-	6.766	6.734
Outros	(24)	-	(24)	(118)
	18.122	-	18.122	21.900

Os valores referem-se contas a pagar e receber entre empresas controladas, sem remuneração e ou data prevista de vencimentos. O saldo de dividendos a receber registrado no ativo circulante da Controladora em 31 de dezembro de 2010 no montante de R\$ 4.097, refletia a proposta de destinação dos lucros de suas controladas.

	Controladora	
--	--------------	--

12. Intangível:
Os detalhes dos intangíveis e da movimentação dos saldos desse grupo estão apresentados a seguir:

	Controladora						Total do Ativo Intangível
	Software	Marcas e Patentes	Franquias	Carteira de Clientes	Outros	Ágio	
Saldos em 31 de dezembro de 2009	157.915	61.987	83.222	185.179	9.202	281.265	778.770
Adições	(404)	-	-	8.758	4.200	41.631	54.185
Baixas	(112)	-	-	1	-	(1)	(112)
Transferências	-	-	-	(1.299)	1.299	1	1
Saldos em 31 de dezembro de 2010	157.399	61.987	83.222	192.639	14.701	322.896	832.844
Adições	2.252	-	-	8.405	-	16.538	27.195
Baixas	-	-	-	-	(686)	(1)	(687)
Transferências	-	-	-	-	2	2	2
Saldos em 31 de dezembro de 2011	159.651	61.987	83.222	201.043	14.015	339.435	859.353
Amortização							
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(21.825)	(6.323)	(26.425)	(24.273)	(4.646)	(134.214)	(217.706)
Amortização do exercício	(15.638)	(4.092)	(18.654)	(20.177)	(1.772)	-	(60.333)
Baixa	18	-	-	-	-	-	18
Transferência	-	(1)	2	-	(1)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(37.445)	(10.416)	(45.077)	(44.450)	(6.419)	(134.214)	(278.021)
Amortização do exercício	(16.039)	(4.093)	(18.652)	(22.494)	(2.455)	-	(63.733)
Baixa	-	-	-	-	-	-	-
Transferência	-	1	-	-	(2)	-	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(53.484)	(14.508)	(63.729)	(66.944)	(8.876)	(134.214)	(341.755)
Valor residual							
Saldos em 31 de dezembro de 2011	106.167	47.479	19.493	134.099	5.139	205.221	517.598
Saldos em 31 de dezembro de 2010	119.954	51.571	38.145	148.189	8.282	188.682	554.823
Saldos em 31 de dezembro de 2009	136.090	55.664	56.797	160.906	4.556	147.051	561.064
Taxas médias de amortização anual	10% a 16,7%	8%	50%	12,5%	20% a 50%	20% a 50%	(*)

(*) Amortizado até 31/12/2008 pela taxa média de 20% a.a.

	Consolidado						Total do Ativo Intangível
	Software	Marcas e Patentes	Franquias	Carteira de Clientes	Outros	Ágio	
Saldos em 31 de dezembro de 2009	169.229	63.655	83.221	195.466	25.734	288.884	826.189
Adições	(309)	-	-	13.517	4.205	42.174	59.587
Baixas	(118)	(3)	-	(3.513)	(31)	-	(3.665)
Transferências	3	(1)	-	(1)	(1)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	168.805	63.651	83.221	205.469	29.907	331.058	882.111
Adições	261	(3)	-	6.331	358	9.964	16.911
Baixas	1.875	(37)	-	(1.046)	(1.024)	(3)	(235)
Transferências	-	-	1	(1)	(2)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	170.941	63.611	83.222	210.753	29.239	341.021	898.787
Amortização							
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(23.392)	(6.480)	(26.425)	(25.660)	(5.862)	(134.299)	(222.118)
Amortização do exercício	(16.920)	(4.201)	(18.652)	(21.638)	(4.809)	(531)	(66.751)
Baixa	19	-	-	613	(1)	-	631
Transferência	1	-	-	-	(1)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(40.292)	(10.681)	(45.077)	(46.685)	(10.673)	(134.830)	(288.238)
Amortização do exercício	(16.940)	(4.201)	(18.652)	(23.251)	(5.313)	-	(68.357)
Baixa	(1.654)	4	-	148	-	-	(1.502)
Transferência	-	-	-	-	(1)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(58.886)	(14.878)	(63.729)	(69.788)	(15.987)	(134.829)	(358.097)
Valor residual							
Saldos em 31 de dezembro de 2011	112.055	48.733	19.493	140.965	13.252	206.192	540.690
Saldos em 31 de dezembro de 2010	128.513	52.970	38.144	158.784	19.234	196.228	593.873
Saldos em 31 de dezembro de 2009	145.837	57.175	56.796	169.806	19.872	154.585	604.071
Taxas médias de amortização anual	10% a 16,7%	8%	50%	10% a 12,5%	20% a 50%	20% a 50%	(*)

(*) Amortizado até 31/12/2008 pela taxa média de 20% a.a.

12.1. Ágios e Intangíveis Identificados nas Combinações de Negócios: A composição dos ágios em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e a movimentação nos respectivos exercícios são apresentadas conforme segue:

	31 de dezembro de 2009			31 de dezembro de 2010			31 de dezembro de 2011		
	Adições	Baixas	Saldos em 31 de dezembro de 2009	Adições	Baixas	Saldos em 31 de dezembro de 2010	Adições	Baixas	Saldos em 31 de dezembro de 2011
RM (a)	90.992	-	90.992	90.992	-	90.992	-	-	90.992
Logo Center (a)	5.703	-	5.703	-	-	5.703	-	-	5.703
Totvs BMI (a)	2.053	-	2.053	-	-	2.053	-	-	2.053
Midbyte	1.765	(3)	1.765	-	-	1.765	-	-	1.765
IOSSTS (a)	2.643	-	2.643	-	-	2.643	-	-	2.643
BCS (a)	10.610	1.211	11.821	-	-	11.821	-	-	11.821
Datasul (a)	30.084	-	30.084	-	-	30.084	-	-	30.084
Setware	961	-	961	-	-	961	-	-	961
Hery	3.174	(247)	2.927	-	-	2.927	-	-	2.927
Total/Banco (c)	6.600	923	7.523	-	(1.515)	6.008	-	-	6.008
M21 (d)	-	531	(531)	-	-	-	-	-	-
M2S	-	12	12	-	-	12	-	-	12
SRC	-	33.688	33.688	-	-	33.688	-	-	33.688
Maípa (e)	-	6.056	6.056	(4.861)	-	1.195	-	-	1.195
Gens FDES (b)	-	-	-	16.340	-	16.340	-	-	16.340
	154.585	42.174	(531)	196.228	9.964	206.192	-	-	206.192

(a) Empresas incorporadas pela Totvs. (b) Combinação de negócios 2011. (c) Ajuste do valor pago sob a opção de compra registrado pela companhia para fins de consolidado. (d) Empresa alienada em 2010. (e) Empresa adquirida no final de 2010 com alocação de intangíveis no exercício de 2011. A aquisição de intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$ 16.340 refere-se a ágios das operações de combinações de negócios mensurados pelo valor justo (Nota 3). A partir de 01 de janeiro de 2009, os ágios deixaram de ser amortizados. Para mensuração dos demais ativos intangíveis identificados nas combinações de negócios, mensurados pelos valores justos, foram utilizadas metodologias de fluxo de caixa descontado a valor presente e custo de reposição. Para a estimativa do valor pela metodologia de fluxo de caixa descontado foi utilizada a taxa de 15% a 22,8% a.a. (em termos reais), variando de acordo com o ativo intangível analisado. A amortização dos ativos intangíveis está baseada em suas vidas úteis estimadas. Os ativos intangíveis identificados, os valores reconhecidos e as vidas úteis dos ativos são fundamentados em estudo técnico de empresa especializada independente. O grupo de "Outros Intangíveis" é composto basicamente por direitos de exploração de áreas e desenvolvimento de novos produtos que tem as seguintes características: **a) Direitos de exploração de áreas:** Os direitos de exploração de áreas estão relacionados às aquisições das carteiras de clientes das regiões do Grande ABC de São Paulo e do Estado de Minas Gerais, anteriormente atendidas por franquias da Microsigia e LogoCenter. Esses direitos são amortizados de forma linear pelo prazo de 94 a 120 meses, segundo as expectativas de rentabilidades futuras, fundamentadas em laudos de avaliação emitidos por empresas especializadas independentes que utilizam o critério de fluxo de caixa descontado. **b) Desenvolvimento de novos produtos:** O desenvolvimento de novos produtos representa os gastos incorridos pela Companhia com o desenvolvimento do software "Ginga TOTVD" que permitirá a implementação de aplicações interativas para a TV Digital, e que serão parte dos aportes previstos para a TOTVD. Em novembro de 2007, a Companhia fechou uma associação com a Quality Software S.A. ("Quality") objetivando o desenvolvimento de um software intermediário (middleware) denominado "Ginga TOTVD", que permite a implementação de aplicações interativas para a TV Digital. Em decorrência desta associação a Companhia adquiriu, em janeiro de 2008, 700 quotas equivalentes a 70% do capital social da empresa TOTVD Software Ltda. ("TOTVD"). Em janeiro de 2009 a participação da Totvs no capital da TOTVD foi reduzido para 55%, em função do desempenho obtido pela Quality Software S.A. (parcela da Totvs nesse empreendimento do desenvolvimento do produto, conforme cláusula contratual, sendo que em 01 de junho de 2010 a Companhia adquiriu os 45% remanescentes, passando a deter a totalidade das quotas do capital da TOTVD. **12.2. Análise do valor recuperável de ativos:** A Companhia avalia a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do "valor em uso", através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de diferentes soluções aos seus clientes. O processo de determinação do Valor em Uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado anualmente pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes Unidades Geradoras de Caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. As taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2011, além do período de 5 anos, variarão de 2% a 25%. Os fluxos de caixa futuro são baseados na taxa de desconto de 11,1%, com base em uma taxa de 7,85% a 20,6% ao ano, para cada unidade geradora de caixa analisada. As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são as seguintes: • Receitas - As receitas foram projetadas entre 2012 e 2016 considerando o crescimento da base de clientes das diferentes Unidades Geradoras de Caixa. • Custos e despesas operacionais - Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas. • Investimentos de capital - Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a atual infra-estrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base no histórico da Companhia. As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia. O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, visto que o valor estimado de mercado foi superior ao valor líquido contábil na data da avaliação. O teste de recuperação é realizado anualmente (Base Sete/2011/2011).

13. Obrigações sociais e trabalhistas:

Os saldos de salários e encargos a pagar são assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Obrigações trabalhistas				
Salários a pagar	8.687	6.926	10.578	10.083
Plano de previdência a pagar	618	371	651	444
Encargos a pagar	34.040	25.862	40.048	32.493
PLR e Bônus	1.299	7.562	1.317	9.429
Outros	5.957	5.052	8.371	7.771
	51.351	44.973	61.865	59.770
Obrigações sociais				
FGTS a pagar	2.409	5.401	2.881	6.989
INSS a pagar	7.032	1.767	8.239	2.313
	9.441	7.168	11.120	9.302
	60.792	52.141	72.985	69.072

14. Empréstimos e financiamentos:

As operações de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
BNDES (a)	157.956	210.370	157.956	210.370
FINEP (b)	2.886	5.019	2.886	5.019
Contas garantidas e outras	-	130	2.126	2.870
	160.842	215.519	162.968	218.259
Passivo circulante	58.043	59.289	58.999	62.029
Passivo não circulante	102.799	156.230	103.969	156.230

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
2012	-	53.378	-	53.378
2013	51.678	51.705	52.848	51.705
2014	51.121	51.147	51.121	51.147
Passivo não circulante	102.799	156.230	103.969	156.230

Abaixo, demonstramos a movimentação dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Saldo no início do ano	215.519	216.081	218.259	217.876
Juros Incorridos	10.889	14.742	11.946	15.687
Amortizações	(65.566)	(15.304)	(67.237)	(15.304)
Saldo em 31 de março	160.842	215.519	162.968	218.259

a) BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: Em 19 de agosto de 2008 foi aprovada pelo Conselho de Administração a tomada de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), no valor de R\$204.500, no âmbito do Programa para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços de Tecnologia da Informação - PROSOFT. Em setembro de 2008, foi disponibilizado à Companhia o montante de R\$160.000, o qual possui como garantia carta de fiança bancária. Em abril de 2009 foram disponibilizados mais R\$ 44.500, em complemento à tomada de crédito aprovada em 2008. O empréstimo tem como finalidade o financiamento da pesquisa e desenvolvimento de produtos de software, reposicionamento da marca e reestruturação dos canais de vendas, sendo remunerado com base na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescida de juros de 1,5% ao ano, com vencimentos semestrais. **b) Desenvolvimento de software - FINEP - Financiadora de estudos e projetos:** O referido empréstimo - contratado pela então controlada Datasul - é remunerado com base na Taxa de Juros de Longo Prazo, acrescida de juros de 5% ao ano e está garantido por cartas de fiança bancária.

15. Financiamento por arrendamento financeiro:

Os saldos de arrendamentos mercantis a pagar apresentam a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
HSBC Leasing	-	73	-	73
CSI LEASING	-	192	12	242
ITAÚ LEASING	151	1.584	151	1.627
REAL LEASING	-	41	-	41
BRADESCO LEASING	18	54	18	54
	169	1.944	181	2.037
Passivo circulante	169	1.839	181	1.923
Passivo não circulante	-	105	-	114

A Companhia contratou arrendamentos financeiros e contratos de arrendamento para vários itens do imobilizado. Esses arrendamentos têm prazos de renovação, mas não contemplam opções de compra e cláusulas de reajuste de preço. Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos financeiros e contratos de arrendamento juntamente com o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes em 31 de dezembro de 2011:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Dentro de um ano	169	169	181	181
Um ano até cinco anos	-	-	-	-
Mais que cinco anos	-	-	-	-
Total de pagamentos mínimos de arrendamentos	169	169	181	181
Menos valores que representam encargos financeiros	-	-	-	-
Valor presente de pagamentos de arrendamento mínimos	169	169	181	181

16. Debêntures:
a) Descrição da operação: Em 19 de agosto de 2008, os acionistas aprovaram captação de R\$ 200.000 através da emissão de até 100.000 ("Units"), representadas por certificados de depósitos de valores mobiliários, compostos por duas debêntures não destacáveis, sendo uma debênt

Demonstrações Financeiras 2011

Municipalidade de São Paulo entende que os serviços prestados pela filial de Joinville seriam na verdade desenvolvidos dentro dos limites do Município de São Paulo. Atualmente a Companhia aguarda a distribuição dos executivos fiscais. A administração e os assessores jurídicos da Companhia entendem que o serviço é todo desenvolvido na filial (Joinville) e consideram que o imposto foi devidamente recolhido naquele município. Como resultado de procedimentos de fiscalização da Secretaria da Receita Federal, em 2007, a Companhia sucedeu o auto de infração lavrado em face da Datasul S.A., no montante de R\$1.357 (R\$1.960 atualizados até 31 de dezembro de 2011 e R\$1.799 atualizados em 31 de dezembro de 2010), relativos a questionamentos por ter deixado de recolher na fonte o imposto de renda sobre valores pagos por terceiros aos beneficiários de cartões de incentivos instituídos em Plano de Marketing anterior- representam em 31 de dezembro de 2011 o total atualizado de R\$ 4.029. **Objetos:** A Companhia figura como ré em ações ordinárias ajuizadas por clientes e terceiros para rescisão de contrato, cumuladas com indenização por perdas e danos, totalizando o valor de R\$ 37.000 atualizados até 31 de dezembro de 2011 (R\$23.823 em 31 de dezembro de 2010). **Trabalhistas:** A Companhia é parte em processos movidos por ex-empregados e de empresas prestadoras de serviços, nos quais são requeridos: pagamento de horas extras, reconhecimento de vínculo, 13º salário entre outros, totalizando o valor de R\$ 8.997 atualizados até 31 de dezembro de 2011 (R\$5.741 em 31 de dezembro de 2010). **c) Legislação vigente:** De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de 5 a 30 anos. As legislações nos demais países em que as controladas da Companhia operam possuem prazos prescricionais diferenciados.

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2011, o capital social da Companhia era composto por 159.466.791 ações ordinárias nominativas emitidas e totalmente pagas sem valor nominal (R\$1.459.272 em 31 de dezembro de 2010), conforme demonstrado abaixo:

	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Ações	%	Ações	%
LC-EH Empreendimentos e Participações S.A.	26.760.990	16,78%	5.352.198	17,01%
BNDES Participações S.A.	14.520.987	9,10%	1.657.527	5,27%
Genesys Asset Managers, LLP	9.657.847	6,06%	1.576.704	5,01%
Dynamo Administração de Recursos Ltda.	5.946.395	3,73%	434.807	1,38%
Miguel Anubá	4.937.794	3,10%	1.189.279	3,78%
Laércio José de Luena Cosentino	1.580.180	0,99%	316.036	1,01%
Ernesto Mário Haberkm	16.810	0,01%	3.362	0,01%
Váto Fundo de Investimento em Ações	43.500	-	387.000	1,23%
H&C Santa Pua Fia	96.002.288	60,20%	20.533.659	65,27%
Outros	159.466.791	100,00%	31.459.272	100,00%

O capital autorizado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 540.000. Dentro do limite do capital autorizado, poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão de bônus de subscrição. Adicionalmente, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com os planos aprovados pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores e empregados, assim como os administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferências para os acionistas. Conforme mencionado na nota 16, em função da conversão de debêntures em ações da Companhia, em 19 de agosto de 2010, o conselho de administração da TOTVS aprovou a emissão de 306.870 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 97,747683 por ação, com consequente aumento no capital social da TOTVS no valor de R\$ 29.996. Em 18 de fevereiro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia homologou o aumento de capital de 1.000 (mil) ações ao preço de R\$46,16 por ação, totalizando R\$ 46, passando o capital social da Companhia a ser de R\$ 406.535, dividido em 31.460.272 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em 21 de março de 2011, a Companhia efetuou o desdobramento de ações, no qual, cada ação de emissão da Companhia passou a ser representada por 5 (cinco) ações que passaram a ser negociadas em 22 de março de 2011. Em 19 de agosto de 2011, o Conselho de Administração homologou o aumento de capital de 1.389.191 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$21,596713 por ação, totalizando R\$30.002. **b) Reservas de capital:** Os saldos das reservas de capital em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 foram compostos da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Reserva de ágio (a)	31.557	31.557
Reserva de ágio por incorporação (b)	14.330	14.330
Debêntures convertidas em ações (valor justo) (nota 16 (d)/(e))	13.718	7.449
Plano de outorga de ações (nota 23)	16.670	7.070
	76.275	60.406

(a) A Reserva de ágio no montante de R\$ 31.557 é decorrente de integralizações efetuadas no exercício de 2005. A reserva de capital poderá ser utilizada, conforme previsto legal, para: i) absorção de prejuízos e ultrapassos dos lucros acumulados e as reservas de lucros; ii) resgate, reembolso ou compra de ações; iii) resgate de partes beneficiárias; iv) incorporação ao capital social; ou v) pagamento de dividendos a ações preferências, quando essa vantagem lhes for assegurada. **c) Reserva legal:** A legislação societária brasileira exige que as sociedades anônimas aprofriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros serem distribuídos, limitando essa reserva até 20% do valor total do capital. **d) Orçamento de capital destinação da reserva de retenção de lucros:** A proposta de orçamento de capital de 31 de dezembro de 2011 da Diretoria da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração em 30 de janeiro de 2012, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, destina o saldo total da conta de reserva para retenção de lucros, no montante de R\$11.212, para as aplicações demonstradas abaixo:

	2011	2010
Projetos de expansão, reposição de ativos e pesquisa e desenvolvimento.	348.988	264.121
Total das aplicações	348.988	264.121

Fontes:	2011	2010
Reserva de retenção de lucros em 31 de dezembro de 2010	171.240	110.293
Caixa estimado a ser gerado nas atividades operacionais em 2010 (não auditado)	177.748	153.828
Total das fontes	348.988	264.121

20. Dividendos: O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária. Em 20 de dezembro de 2011 o Conselho de Administração autorizou a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia no montante de R\$ 35.000 (R\$ 27.000 em 2010), a ser imputado no dividendo mínimo obrigatório, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

	2011	2010
Lucro líquido do exercício da controladora	168.903	138.196
Constituição da reserva legal (Artigo 193 da Lei nº 6.404)	(8.445)	(6.910)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	160.458	131.286
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	40.115	32.822
Dividendos adicionais propostos pela administração	59.596	54.285
Dividendos propostos pela administração	99.311	87.107

Forma de pagamento:	2011	2010
(-) Juros sobre o capital próprio pagos	35.000	27.000
Dividendos	64.511	60.107
	99.511	87.107

Movimentação dos dividendos no Patrimônio Líquido:	2011	2010
Dividendos referentes ao exercício anterior	(54.285)	43.526
Dividendo mínimo obrigatório do exercício	40.115	5.822
Total de dividendos subtraídos do Patrimônio Líquido	(14.170)	49.348

Quantidade de ações em 31 de dezembro (*)	159.466.791	157.296.360
Dividendo e juros sobre o capital próprio por lote de 1000 ações - em reais	RS 624,02	RS 553,78

(*) Valores pós split de 21 de março de 2011. O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar de R\$ 40.470 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 33.139 em 31 de dezembro de 2010) inclui a distribuição do exercício demonstrada acima, assim como o saldo residual de exercícios anteriores. Os juros sobre capital próprio fazem parte dos dividendos, que para fins da legislação fiscal brasileira são dedutíveis, portanto estão sendo apresentadas em linhas distintas demonstrando o efeito do imposto de renda.

21. Cobertura de seguros: A Companhia e suas controladas, com base na avaliação de seus consultores, mantêm coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e os decorrentes de arrendamento mercantil e de responsabilidade civil. A política de seguro leva em conta a dispersão geográfica e o valor individual dos ativos utilizados e o fato de que a Companhia e suas controladas são empresas prestadoras de serviços; logo, é menos dependente de ativos tangíveis do que uma empresa industrial. Os ativos segurados são os veículos, próprios e arrendados, e a edificação onde a Companhia e suas controladas estão instaladas. Em 31 de dezembro de 2011, os principais seguros contratados são:

Ramo	Seguradora	Vigência	Limite Máximo de Responsabilidade	Valor Total Segurado	
Compreensivo Empresarial	Sul América	13/6/2011	13/6/2012	30.000	105.000
Responsabilidade Civil Geral	Sul América	13/6/2011	13/6/2012	4.000	18.000
Veículos	Liberty Seguros	7/11/2011	7/11/2012	1.150	4.336

22. Instrumentos Financeiros e Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:
Análise dos instrumentos financeiros: A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008. E apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas Demonstrações Financeiras:

	Valor Justo			
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de Caixa	287.079	232.508	287.079	232.508
Títulos e Valores Mobiliários	57.650	56.448	67.650	56.448
Contas a Receber, líquidas	286.643	257.936	286.643	257.936
Impostos a recuperar	30.267	29.894	30.267	29.894
Outros ativos	22.830	31.393	22.830	31.393
Total	684.469	608.177	684.469	608.177
Passivos Financeiros				
Empréstimos e Financiamentos	162.968	218.259	162.968	218.259
Arrendamentos Mercantis	181	2.037	181	2.037
Debêntures e prêmio de não conversão	157.111	183.527	157.111	183.527
Valor justo das debêntures conversíveis	13.477	14.423	13.477	14.423
Contas a pagar e fornecedores	62.732	55.944	62.732	55.944
Dividendos	40.470	34.302	40.470	34.302
Impostos a pagar	6.544	5.903	6.544	5.903
Outras obrigações	68.925	70.927	68.925	70.927
Total	512.408	585.322	512.408	585.322

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo. • Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. • A parcela das debêntures conversíveis e as debêntures tiveram o seu valor contábil ajustado ao valor justo, conforme nota 16. **b) Mensuração do valor justo:** A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado: a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos líquidos; b) Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros instrumentos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, direta ou indiretamente como os preços ou derivada de preços; e c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações Financeiras	-	253.910	-
Passivos Financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e Financiamentos	-	162.968	-
Debêntures	-	-	157.111
Valor justo das conversões futuras	-	-	13.477

c) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros: A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as Companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Durante o exercício de 2011, conforme nota explicativa nº 16, a Companhia reconheceu o impacto do valor justo das ações emitidas aos debenturistas, em função da conversão obrigatória das debêntures (15% em ações da Companhia, e projeto ou impacto do valor justo das futuras conversões (2012 e 2013). Portanto, o prêmio de não conversão de 60% das debêntures (% máximo de conversão) foi estornado, restando provisionado somente o prêmio de não conversão das debêntures não convertidas em ações (40%). Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011 se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação da TJLP e IPCA, para financiamentos junto ao BNDES e para as debêntures emitidas a CDI para aplicações financeiras. A Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade. Conforme descrito na Nota 16, as debêntures emitidas pela Companhia são de caráter privado e tem características próprias, que impossibilitam a obtenção de um valor de mercado. Dessa forma, a Companhia considera que o valor contábil das debêntures é o mais próximo do valor de mercado para esses títulos. Com relação aos financiamentos, referem-se a operações efetuadas dentro do Programa para o Desenvolvimento da Indústria de Software e Serviços de Tecnologia da Informação - PROSOFT, para os quais o BNDES considera as condições de cada Companhia, na obtenção do financiamento. Nessas condições, o valor registrado é o mais próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros. As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações com promissoras, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2011, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 12,25% para o ano de 2012 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2011, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	Saldo em 31 de dezembro de 2011				
	Saldo em 31 de dezembro de 2011	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	RS 253.910	CDI	10,75%	8,06%	5,38%
Receita financeira			RS 27.295	RS20.465	RS13.660

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2011, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP e IPCA vigentes em 31 de dezembro de 2011, foi definido o cenário provável para o ano de 2011, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Examinamos e Diretores da **Totvs S.A.** - São Paulo - SP
Aos Conselhos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Totvs S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos auditores independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
Nossa auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2012. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi 31 de dezembro de 2011 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Saldo em 31 de dezembro de 2011		Risco	Cenário		
	Saldo em 31 de dezembro de 2011	Risco		Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Financiamentos - BNDES	RS 162.968			12.223	14.667	17.112
Taxa sujeita à variação			TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
Debêntures	RS 157.111			17.472	19.249	20.955
Taxa/índice sujeitos às variações			IPCA	5,00%	6,25%	7,50%
			TJLP	6,00%	7,50%	9,00%

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. **Gestão de Risco Financeiro:** Os principais riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são: **a) Risco de Liquidez:** O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas são monitorados diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas. **b) Risco de Crédito:** Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços de manutenção e serviços prestados a seus clientes e das vendas de licenças. A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras. O risco de crédito relativo à prestação de serviços e venda de licenças é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes à concessão de serviços e venda de licenças. Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha. **c) Risco de Mercado:** i) **Risco de Taxas de Juros e Inflação:** O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e IPCA e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. ii) **Risco de Taxas de Câmbio:** Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira. A Companhia e suas controladas não possuem contratos com operações financeiras com derivativos (*hedge cambial*) para proteger-se da variação cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira significativas. **d) Operações com derivativos:** Com exceção da operação de derivativos embutidos descrito na nota 16, a Companhia não possui operações com derivativos. **e) Gestão de capital:** O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor para os acionistas. A Totvs controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital. A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil	331.599	415.413	333.737	418.246
Obrigações por aquisição de investimentos	63.491	64.456	63.934	65.053
(-) Caixa e equivalente de caixa	(221.898)	(177.275)	(287.079)	(232.508)
(-) Títulos e Valores mobiliários	(57.207)	(55.849)	(57.650)	(56.446)
Dívida líquida	115.985	246.745	627.100	659.361
Patrimônio líquido	749.867	619.862	749.867	631.576
Patrimônio líquido e dívida líquida	865.852	866.607	1.376.967	1.290.937

23. Plano de outorga de opção de ações: Os principais eventos relacionados ao plano são: - Em 26 de novembro de 2007 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o Plano de Outorga de Opção de Ações. Esse plano é administrado pelo Conselho de Administração que estabelece os critérios de outorga das opções de ações para cada categoria de profissionais elegíveis, definindo livremente, com base em indicação do Comitê de Remuneração e Direção de Recursos Humanos, quais os profissionais elegíveis que serão participantes, assim como a quantidade de ações que poderão ser adquiridas por cada um com o exercício das opções. - Em 30 de janeiro de 2008, o Conselho de Administração aprovou a eleição dos participantes do plano e o número de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das respectivas opções, totalizando 270.057 opções de ações, com preço de exercício de R\$46,16, correspondentes à média aritmética do valor unitário das ações verificadas nos pregões dos 5 dias anteriores. - Em 22 de janeiro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a concessão da 2ª outorga de opções de ações, e respectiva eleição dos participantes do plano e número de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, totalizando 182.555 opções de ações, com preço de exercício de R\$36,04, correspondentes à média aritmética do valor unitário das ações verificadas nos pregões dos 5 dias anteriores. - Em 22 de janeiro de 2010, o Conselho de Administração aprovou a concessão da 3ª outorga de opções de ações, e respectiva eleição dos participantes do plano e número de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções totalizando 335.315 opções de ações, com preço de exercício de R\$116,79, correspondentes à média aritmética do valor unitário das ações verificadas nos pregões dos 5 dias anteriores. - Em 19 de novembro de 2010, o Conselho de Administração aprovou a concessão da 4ª e última outorga do plano de opção de